



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACED – DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA

AGECÉLIA DAS CHAGAS DA COSTA

DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM: INTERFERÊNCIAS DA FAMÍLIA E DA
INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

FORTALEZA – 2007

AGECÉLIA DAS CHAGAS DA COSTA

DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM: INTERFERÊNCIAS DA FAMÍLIA E DA
INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Psicopedagogia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Psicopedagogia. Teve como orientadora a prof(a) Cláudia Sabino Aguiar Furlani.

FORTALEZA - 2007

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Psicopedagogia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Psicopedagogia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

Agecélia das Chagas da Costa

Monografia aprovada em ___ / ___ / _____

Prof. (a) Cláudia Sabino Aguiar Furlani
Orientadora

Prof. (a) Gláucia Maria de Menezes Ferreira
Coordenadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria Célia (in memoriam) que contribui de forma honrosa para a minha formação e caráter e que me percebeu o verdadeiro valor e sentido da vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me fazer passar por provas onde tive que perceber o quanto preciso organizar-me no âmbito da qualidade de vida pessoal e profissional.

A meu pai, que está sempre presente contribuindo de forma calorosa para o meu sucesso profissional.

À minha comadre Meire que esteve cuidando do meu filho, nas horas em que tive que privá-lo da minha presença, para a realização deste trabalho.

À minha amiga Elisângela pelo incentivo e apoio aos estudos, pela amizade, companheirismo e por estar sempre disposta a ajudar-me.

À minha orientadora Cláudia Sabino, pela sabedoria e competência que são espelhos para o meu crescimento profissional, e contribuição para a elaboração deste trabalho.

.

.

INTRODUÇÃO

É através da família que o ser humano se socializa e vivência suas experiências. Ela é encarregada de inserir a pessoa nos demais contextos sociais, proporcionando, assim, o seu desenvolvimento em diversos aspectos.

O presente trabalho tem o objetivo de compreender como a família e a escola influenciam nos fatores que contribuem para a obtenção dos distúrbios de aprendizagem.

A definição exata do que se considera distúrbio, transtorno, dificuldade e/ou problema de aprendizagem é outra das mais inquietantes problemáticas para aqueles que atuam no diagnóstico, prevenção e reabilitação do processo de aprendizagem.

Pretende-se neste trabalho não só definir o que são os problemas e ou distúrbios da aprendizagem, mas também enfatizar a importância/interferência da família, da escola, juntamente com a intervenção psicopedagógica para que os alunos que apresentem alguma dificuldade não sejam vistos como incapazes ou indiferentes.

Procuramos buscar no ambiente doméstico a lacuna que falta ser preenchida para que a criança possuidora de dificuldades de aprendizagem se desenvolva cognitivamente juntamente com seus pares, pois é salutar que estas crianças sejam amparadas por seus pais, atribuindo a estes o papel de suma importância para a aquisição da aprendizagem e conseqüentemente a sua inclusão no contexto social.

A Intervenção Psicopedagógica será abordada como meio tanto para prevení-las quanto tratá-las. Este trabalho poderá ser desenvolvido na escola ou na clínica, respectivamente com objetivos distintos em cada situação.

CAPÍTULO 1

1. APRENDIZAGEM

1.1 Conceituação

O processo de aprendizagem pode ser definido de forma sintética, como os modos através dos quais os seres adquirem novos conhecimentos, desenvolvem competências e mudam o comportamento. Contudo, a complexidade desse processo dificilmente pode ser explicada apenas através de recortes do todo. Por outro lado, qualquer definição está, invariavelmente, impregnada de pressupostos político-ideológicos, relacionados com a visão de homem, sociedade e saber.

1.2 Histórico

A aprendizagem era estudada e sistematizada desde os povos da antiguidade oriental. Já no Egito, na China e na Índia a finalidade era transmitir as tradições e os costumes.

Já na antiguidade clássica, na Grécia e em Roma, a aprendizagem passou a seguir duas linhas opostas, porém complementares:

A pedagogia da personalidade visava a formação individual.

A pedagogia humanista desenvolvia os indivíduos numa linha onde o sistema de ensino/sistema educacional era representativo da realidade social e dava ênfase à aprendizagem universal.

Durante a Idade Média, a aprendizagem e conseqüentemente o ensino (Aqui ambos seguem o mesmo rumo) passaram a ser determinados pela religião e seus dogmas. Por exemplo, uma criança aprendia a não ser canhota, ou sinistra, embora neurologicamente o fosse.

No final daquele período, iniciou-se a separação entre as teorias da aprendizagem e do ensino com a independência em relação ao clero. Devido às modificações que

ocorreram com o advento do humanismo e da Reforma, no século XVI, e sua ampliação a partir da Revolução Francesa, as teorias do ensino-aprendizagem continuaram a seguir seu rumo natural.

Do século XVII até o início do século XX, a doutrina central sobre a aprendizagem era demonstrar cientificamente que determinados processos universais regiam os princípios da aprendizagem, tentando explicar as causas e formas de seu funcionamento, forçando uma metodologia que visava enquadrar o comportamento de todos os organismos num sistema unificado de leis, à exemplo da sistematização efetuada pelos cientistas para a explicação dos demais fenômenos das ciências naturais.

Muitos acreditavam que a aprendizagem estava ligada somente ao condicionamento. Um exemplo de experiência sobre o condicionamento aconteceu no ano de 1904 e foi realizado pelo fisiólogo russo, Ivan Pavlov, que condicionou cães para salivarem ao som de campainhas.

Na década de 30 os cientistas Edwin R. Guthrie, Clark L. Hull e Edward C. Tolman pesquisaram sobre as leis que regem a aprendizagem.

Guthrie acreditava que as respostas, ao invés das percepções ou os estados mentais, poderiam formar as componentes da aprendizagem.

Hull afirmava que a força do hábito, além dos estímulos originados pelas recompensas, constituía um dos principais aspectos da aprendizagem, a qual se dava num processo gradual.

Tolman seguia a linha de raciocínio de que o principal objetivo visado pelo sujeito era a base comportamental para a aprendizagem, percebendo o ser humano na sociedade em que está inserido, se faz necessário uma maior observação de seu estado emocional.

1.3 As Definições

Segundo alguns estudiosos, a aprendizagem é um processo integrado que provoca uma transformação qualitativa na estrutura mental daquele que aprende. Essa transformação

se dá através da alteração de conduta permanente de um indivíduo, seja por condicionamento operante, experiência ou ambos, de uma forma razoavelmente permanente. As informações podem ser absorvidas através de técnicas de ensino ou até pela simples aquisição de hábitos. O ato ou vontade de aprender é uma característica essencial do psiquismo humano, pois somente este possui o caráter intencional, ou a intenção de aprender; dinâmico, por estar sempre em mutação e procurar informações para a aprendizagem; criador, por buscar novos métodos visando a melhora da própria aprendizagem, por exemplo, pela tentativa e erro. Um outro conceito de aprendizagem é uma mudança relativamente durável do comportamento, de uma forma mais ou menos sistemática, ou não adquirida pela experiência, pela observação e pela prática motivada. Na verdade a motivação tem um papel fundamental na aprendizagem. Ninguém aprende se não estiver motivado, se não desejar aprender.

O ser humano nasce potencialmente inclinado a aprender, necessitado de estímulos externos e internos (motivação, necessidade) para o aprendizado.

Há aprendizados que podem ser considerados natos, como o ato de aprender a falar, a andar, necessitando que ele passe pelo processo de maturação física, psicológica e social. Na maioria dos casos a aprendizagem se dá no meio social e temporal em que o indivíduo convive; sua conduta muda, normalmente, por esses fatores, e por predisposições genéticas.

Sendo já do nosso conhecimento que a aprendizagem é um produto da experiência que se concretiza numa mudança adquirida de comportamentos, onde estão em jogo condições internas e condições externas, inerentes ao indivíduo e ao seu envolvimento, não podemos esquecer que o comportamento é movido por interações entre dois determinantes fundamentais: o psicossociológico e o neurobiológico.(FONSECA, 1995)

1.4 Concepção Biológica da Aprendizagem

É hoje incontestável a afirmação de que o órgão privilegiado da aprendizagem é o cérebro e que o processo da aprendizagem se dá no sistema nervoso central (SNC), que é uma estrutura complexa.

A aprendizagem é uma função do cérebro. A aprendizagem satisfatória se dá quando determinadas condições de integridade estão presentes, tais como: funções do sistema nervoso

periférico, funções do sistema nervoso central, sendo que os fatores psicológicos também são essenciais. (FONSECA, 1995)

O aprendizado de novas habilidades e conhecimentos integra-se ao sistema de memórias. Raciocinar é correlacionar aprendizagens novas a informações armazenadas em nossa memória para, a partir desse diálogo interno, chegar a conclusões inéditas e solucionar situações-problema. Todo esse processo só é possível graças a nossa capacidade de memorização, atenção e planejamento, aliadas a nossa habilidade de correlacionarem dados armazenados aos novos que captamos do meio ambiente por meio de diversos estímulos; um processo neurobioquímico que acontece no sistema nervoso central humano.

Percepções, pensamentos e memórias são transmitidos às diferentes áreas do sistema nervoso por meio de uma rede de neurônios (células do sistema nervoso central) que enviam mensagens eletroquímicas formando trilhas de memória. Os neurônios são células alongadas que se assemelham a uma pequena árvore dispostas em três partes: um sistema de raízes (os axônios); o caule (o corpo celular ou soma) e os seus galhos (os dendritos). Tanto os dendritos, que são as ramificações curtas quanto o corpo neuronal recebem informações químicas dos neurônios precedentes, que são transmitidas pelos axônios a neurônios posteriores numa comunicação eletroquímica.

Esse processo é muito rápido. Imagine o tempo que levamos para perceber que pisamos num prego, por exemplo. Esse é o tempo que o neurônio situado em nosso pé leva para informar ao cérebro que está acontecendo algo perigoso. As informações químicas são passadas de um neurônio a outro por substâncias chamadas neurotransmissores são vitais para a aprendizagem. Entre eles, a acetilcolina tem mostrado ser uma substância bastante importante nas funções cognitivas. Pessoas com baixos níveis de acetilcolina apresentam dificuldades de concentração e problemas de memória. E assim, a cada informação registrada e integrada ao sistema de memória, configura-se um novo caminho, o que reforça nosso sistema de aprendizagem.

Para entender o mecanismo de aprendizagem, é preciso saber um pouco sobre o funcionamento do sistema nervoso central, o organizador dos nossos comportamentos. Cada tipo de habilidade ou comportamento pode ser mais bem relacionado a certas áreas do cérebro em particular. Assim, há áreas habilitadas a interpretar estímulos que

levam à percepções visual, auditiva, à compreensão e capacidade lingüísticas, cognição, planejamento de ações futuras, inclusive de movimento, e assim por diante.

O sistema nervoso central pode ser dividido em dois grandes blocos: o superior, que engloba o tronco encefálico, o cerebelo e o cérebro e o inferior ou a medula espinhal. Nosso sistema nervoso central é conectado a todo o nosso corpo por uma extensa rede de nervos. Todo esse sistema é constituído por tecido nervoso e tanto o encéfalo como a medula espinhal são protegidos de impacto pelos ossos do crânio e das vértebras.

No sistema nervoso superior, o tronco encefálico se localiza logo acima da coluna vertebral e é especializado na atenção, no estado de alerta, na condução das informações sensoriais e no controle de padrões automáticos como a respiração e os batimentos cardíacos. O cerebelo está localizado aproximadamente na base da nuca, atrás do tronco encefálico sendo a este conectado, e é responsável pelo mapeamento do espaço a nossa volta, pela coordenação motora, pela memória para movimentos e parece guardar um registro de tudo o que está armazenado no córtex.

O nosso cérebro é composto de duas semi-esferas: o hemisfério direito e o hemisfério esquerdo, os quais mantêm conexões recíprocas para a troca de informações. O maior feixe de conexões cognitivas que liga áreas de um hemisfério às do outro é o corpo caloso. A camada exterior de revestimento dos hemisférios cerebrais é chamada de córtex e é extremamente enrugada e plena de circunvoluções, o que lhe confere uma área bastante extensa. Assim, durante a evolução do homem, o córtex se desenvolveu e aumentou sua área devido a sua crescente complexidade cognitiva. Esta camada, onde se encontram os corpos neuronais, é a nossa central racional, onde as informações são codificadas e as informações se inter-relacionam permitindo o pensamento e o comportamento.

Cada tipo de habilidade ou comportamento está relacionado a diferentes áreas do cérebro. As regiões posteriores do córtex, os lobos occipitais, são especializadas em interpretar estímulos visuais; as regiões laterais, os lobos temporais, interpretam estímulos ligados à audição e linguagem; as partes superiores, os lobos parietais, são responsáveis pela interpretação de estímulos táteis, por informações corporais enquanto as áreas situadas na parte anterior, isto é, a parte anterior dos lobos parietais e dos lobos

frontais está mais relacionada a funções motoras e planejamento e execução de comportamentos complexos. É a existência e complexidade dos lobos pré-frontais que diferencia as habilidades humanas das de todos os outros animais do planeta.

A complexidade cognitiva aumenta a partir do tronco encefálico até a área mais nobre do córtex cerebral, o lobo pré-frontal, responsável tanto pela intercomunicação de diferentes áreas cerebrais quanto por nosso comportamento.

Ensinar a uma pessoa uma habilidade nova implica maximizar o potencial de funcionamento de seu cérebro. Isso porque aprender exige necessariamente planejar novas maneiras de solucionar desafios, atividades que estimula diferentes áreas cerebrais a trabalhar na sua máxima capacidade de eficiência.

CAPÍTULO 2

2. FATORES, DESCRIÇÃO E TIPOS DE TRANSTORNOS

2.1 Fatores Intervenientes no Processo de Aprendizagem

É importante diferenciar uma nomenclatura aparentemente coincidente e usada de forma indiscriminada quando se fala dos fatores intervenientes no processo de aprendizagem, gerados de sintomas de diferentes ordens e níveis, que vão da diferença à dificuldade, da deficiência (déficit) ao distúrbio (desvio), do normal ao patológico, trazendo problemas ou descompensação no processo de aprendizagem.

Moojen (1999) afirma que, ao lado do pequeno grupo de crianças que apresenta Transtornos de Aprendizagem decorrentes de imaturidade do desenvolvimento e/ou disfunção psiconeurológica, existe um grupo muito maior de crianças que apresenta baixo rendimento escolar em decorrência de fatores isolados ou em interação. As alterações apresentadas por esse contingente maior de alunos poderiam ser designadas como “dificuldades de aprendizagem”. Participariam dessa conceituação os atrasos no desempenho escolar por falta de interesse, perturbação emocional, inadequação metodológica ou mudança no padrão de exigência da escola, ou seja, alterações evolutivas normais que foram consideradas no passado como alterações patológicas.

Pain (1981, citado por Rubinstein, 1996) considera a dificuldade para aprender como um sintoma, que cumpre uma função positiva tão integrativa como o aprender, e que pode ser determinado por:

1. Fatores Orgânicos: relacionados com aspectos do funcionamento anatômico, como funcionamento dos órgãos dos sentidos e do sistema nervoso central;
2. Fatores Específicos: relacionados a dificuldades específicas do indivíduo, os quais não são passíveis de constatação orgânica, mas que se manifestam na área da linguagem ou na organização espacial e temporal, dentre outros;

3. Fatores Psicógenos: é necessário que se faça a distinção entre dificuldades de aprendizagem decorrentes de um sintoma ou de uma inibição. Quando relacionado ao um sintoma, o não aprender possui um significado inconsciente; quando relacionado a uma inibição, trata-se de uma retração intelectual do ego, ocorrendo uma diminuição das funções cognitivas que acaba por acarretar os problemas para aprender.
4. Fatores Ambientais: relacionados às condições objetivas ambientais que podem favorecer ou não a aprendizagem do indivíduo.

Fernández (1991) também considera as dificuldades de aprendizagem como sintomas ou “fraturas” no processo de aprendizagem, onde necessariamente estão em jogo quatro níveis: o organismo, o corpo, a inteligência e o desejo. A dificuldade para aprender, segundo a autora, seria o resultado da anulação das capacidades e do bloqueamento das possibilidades de aprendizagem de um indivíduo e, a fim de ilustrar essa condição, utiliza o termo inteligência aprisionada (atrapada, no idioma original).

Para a autora, a origem das dificuldades ou problemas de aprendizagem não se relaciona apenas à estrutura individual da criança, mas também à estrutura familiar a que a criança está vinculada. As dificuldades de aprendizagem estariam relacionadas às seguintes causas:

1. Causas externas à estrutura familiar e individual: originariam o problema de aprendizagem reativo, o qual afeta o aprender, mas não aprisiona a inteligência e, geralmente, surge do confronto entre o aluno e a instituição;
2. Causas internas à estrutura familiar e individual: originariam o problema considerado como sintoma e inibição, afetando a dinâmica de articulações necessárias entre organismo, corpo, inteligência e desejo, causando o desejo inconsciente de não conhecer e, portanto de não aprender;
3. Modalidades de pensamento derivados de uma estrutura psicótica, as quais ocorrem em menor número de casos;

4. Fatores de deficiência orgânica: em casos mais raros

2.2 Patologia ou transtorno da Aprendizagem?

Moojen (1999) afirma, os termos distúrbios, transtornos, dificuldades e problemas de aprendizagem tem sido utilizados de forma aleatória, tanto na literatura especializada como na prática clínica e escolar, para designar quadros diagnósticos diferentes.

A importância dada aos problemas relacionados à aprendizagem tem aumentado significativamente na atualidade. Isso se deve em grande parte ao fato de que o sucesso do indivíduo está ligado ao bom desempenho escolar. Muitas crianças em fase escolar apresentam certas dificuldades em realizar uma tarefa, que podem surgir por diversos motivos, como problemas na proposta pedagógica, capacitação do professor, problemas familiares ou déficits cognitivos, entre outros.

Segundo Ohlweiler (2006), a presença de uma dificuldade de aprendizagem não implica necessariamente um transtorno, que se traduz por um conjunto de sinais sintomatológicos que provocam uma série de perturbações no aprender da criança, interferindo no processo de aquisição e manutenção de informações de uma forma acentuada.

As dificuldades de aprendizagem podem ser assim chamadas de percurso, causadas por problemas da escola e ou/ família, que nem sempre oferecem condições adequadas para o sucesso da criança. Nessa categoria também se incluem as dificuldades que a criança pode apresentar em alguma matéria ou em algum momento da vida, além de problemas psicológicos como falta de motivação e baixa auto-estima.

As dificuldades de aprendizagem também podem ser secundárias a outros quadros diagnosticáveis, tais como alterações das funções sensoriais, doenças crônicas, transtornos psiquiátricos, deficiência mental e doenças neurológicas.

Collares e Moysés (1992) analisaram o conceito de distúrbios de aprendizagem do ponto de vista etimológico a partir do conceito proposto pelo National Joint Committee

for Learning Disabilities (Comitê Nacional de Dificuldades de Aprendizagem), Estados Unidos da América.

Etimologicamente a palavra distúrbio compõe-se do radical *turbare* e do prefixo *dis*. O radical *turbare* significa “alteração violenta na ordem natural” e pode ser identificado também nas palavras turvo, turbilhão, perturbar e conturbar. O prefixo *dis* tem como significado “alteração com sentido anormal, patológico” e possui valor negativo. Em síntese, do ponto de vista etimológico, a palavra distúrbio pode ser traduzida como “anormalidade patológica por alteração violenta na ordem natural”.

Segundo as autoras, seguindo a mesma perspectiva etimológica, a expressão distúrbio de aprendizagem tem o significado de “anormalidade patológica por alteração violenta na ordem natural da aprendizagem”, obviamente localizada em quem aprende. Portanto, um distúrbio de aprendizagem obrigatoriamente remete a um problema ou a uma doença que acomete a criança/aluno em nível individual e orgânico.

De acordo com definição estabelecida em 1981 pelo National Joint committee for Learning Disabilities (Comitê Nacional de Dificuldades de Aprendizagem), nos Estados Unidos da América,

Distúrbio de Aprendizagem é um termo genérico que se refere a um heterogêneo de alterações manifestas por dificuldades significativas na aquisição e uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas. Estas alterações são intrínsecas ao indivíduo e presumivelmente devidas à disfunção do sistema nervoso central. Apesar de um distúrbio de aprendizagem poder ocorrer concomitantemente com outras condições desfavoráveis (por exemplo, alteração sensorial, retardo mental, distúrbio social ou emocional) ou influências ambientais (por exemplo, diferenças culturais, instrução insuficiente/inadequada, fatores psicogênicos), não é resultado direto dessas condições. (COLLARES e MOYSÉS, 1992:32).

O National Joint Committee for Learning Disabilities é considerado, nos Estados Unidos da América, como o órgão competente para normatizar os assuntos referentes aos distúrbios de aprendizagem. A fim de prevenir a ocorrência de erros de interpretação o Comitê publicou a definição acima apresentada com explicações específicas ao longo de cada frase.

A frase “estas alterações são intrínsecas ao indivíduo e presumivelmente devidas à disfunção do sistema nervoso central”, por exemplo, vem acompanhada da explicação de que a fonte do distúrbio deve ser encontrada internamente à pessoa que é afetada e que a causa do distúrbio de aprendizagem é uma disfunção conhecida ou presumida no sistema nervoso central. Acerca da evidência concreta de organicidade relacionada ao distúrbio de aprendizagem, o Comitê afirma que, apesar de não ser necessário que tal evidência esteja presente, é necessário que, pelo menos, uma disfunção do sistema nervoso central seja a causa suspeita para que o distúrbio possa ser diagnosticado.

No entanto segundo Ross (1979, citado por Miranda, 2000), a utilização do termo “distúrbio de aprendizagem”, chama a atenção para a existência de crianças que freqüentam escolas e apresentam dificuldades de aprendizagem, embora aparentemente não possuam defeitos físicos, sensoriais, intelectuais ou emocionais. Esse rótulo, segundo o autor, ocasionou durante muitos anos que tais crianças fossem ignoradas, mal diagnosticadas ou maltratadas e as dificuldades que demonstravam serem designadas de várias maneiras como “hiperatividade”, “síndrome hipercinética”, “síndrome da criança hiperativa”, “lesão cerebral mínima”, “disfunção cerebral mínima”, “dificuldade de aprendizagem” ou “disfunção na aprendizagem”.

Para Collares e Moysés (1992), os distúrbios de aprendizagem seriam frutos do pensamento médico, surgindo com entidades nosológicas e com o caráter de doenças neurológicas.

Outra terminologia recorrente na literatura especializada é a palavra “transtorno”. Segundo a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da Classificação Internacional de Doenças- 10, elaborado pela Organização Mundial de Saúde.

O termo “transtorno” é usado por toda a classificação, de forma a evitar problemas ainda maiores inerentes ao uso de termos tais como “doença” ou “enfermidade”. “Transtorno” não é um termo exato, porém é usado para indicar a existência de um conjunto de sintomas ou comportamentos clinicamente reconhecível associado, na maioria dos casos, a sofrimentos e interferência com funções pessoais (CID – 10, 1992:5).

A prevalência dos transtornos de aprendizagem varia de 2 a 10%, dependendo do tipo de testagem utilizada. O percentual de crianças com dificuldade para o aprendizado pode chegar a 50%, e que as causas primárias, entre elas dislexias, discalculias, disgrafias, disortografias, dispraxias, dignosias, déficit de atenção e hiperatividade, têm importante papel na gênese dessas dificuldades. No entanto, não são as únicas, não podendo ser esquecidas as causas não-primárias da dificuldade para aprender, incluindo aí os problemas físicos, socioeconômicos e pedagógicos.

2.3 Transtornos de Aprendizagem

Transtorno da leitura: é caracterizado por uma dificuldade específica em compreender palavras escritas. Dessa forma, pode-se afirmar que se trata de um transtorno específico das habilidades de leitura, em que foram eliminadas todas as outras causas.

Transtorno da matemática: também conhecido como discalculia, não é relacionado à ausência de habilidades matemáticas básicas, como contagem, e sim à forma com que a criança associa essas habilidades com o mundo que a cerca. A aquisição de conceitos matemáticos, bem como de outras atividades que exigem raciocínio, é afetada nesse transtorno, cuja baixa capacidade para manejar números e conceitos matemáticos não é originada por lesão ou outra causa orgânica.

Transtorno da expressão escrita: refere-se apenas à ortografia ou caligrafia, na ausência de outras dificuldades da expressão escrita. Nesse transtorno, geralmente existe uma combinação de dificuldades na capacidade de compor textos escritos, evidenciada por erros de gramática e pontuação dentro de frases, má organização dos parágrafos, múltiplos erros ortográficos, na ausência de outros prejuízos na expressão escrita.

2.4 Tipos de transtornos

a) A Dislexia

É um transtorno específico das operações implicadas no reconhecimento das palavras (precisão e rapidez) que compromete, em maior ou menor grau, a compreensão da leitura. As habilidades de escrita ortográfica e de produção textual também estão

gravemente comprometidas. É um problema persistente até a vida adulta (com atenuações).

Está presente desde os primeiros anos de escolaridade. Nos casos em que surgir mais tarde e em decorrência de uma lesão cerebral, configura-se uma dislexia adquirida.

É um distúrbio com evidências genéticas que surge por estar associado a diferenças funcionais no hemisfério esquerdo.

De acordo com a Associação Brasileira de Dislexia (ABD), as principais dificuldades do disléxico são: demora a aprender a falar, a fazer laço no sapato, a reconhecer horas, a pular corda, pegar e chutar bola, dificuldades em escrever números e letras corretamente, ordenar as letras do alfabeto, meses do ano, distinguir direita e esquerda, compreensão da leitura mais lenta, incomum dificuldade em decorar tabuada, Lentidão ao fazer as quatro operações, dificuldades em pronunciar palavras longas, planejar e redigir.

Em geral considerado relapso, desatento, preguiçoso, sem vontade de aprender, o disléxico demonstra insegurança e baixa apreciação de si mesmo, sendo comum o abandono da escola, as reações rebeldes ou de natureza depressiva, havendo necessidade de tratamento especializado.

Entre os fatores a serem considerados no processo de aprendizagem da leitura e da escrita estão, em linhas gerais, os que se seguem: a prontidão para aprender; a percepção; o esquema corporal; a lateralidade; a orientação espacial e temporal; a coordenação visomotora; o ritmo; a capacidade de análise e síntese visual e auditiva; habilidades visuais e auditivas; memória cinestésica; linguagem oral.

b) O Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH)

É um transtorno neurobiológico, de causas ainda desconhecidas, mas com forte participação genética na sua etiologia, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele não é um transtorno da aprendizagem (TA), mas os sintomas nucleares desse transtorno - a desatenção, a hiperatividade e a impulsividade - têm um grande impacto no desenvolvimento acadêmico. Sendo assim, é

um transtorno que afeta secundariamente a aprendizagem. Embora muitas crianças apresentem somente o TDAH, outras apresentam co-morbidades nas áreas da aprendizagem e do comportamento.

Incidência - estudos têm demonstrado que 3 a 6% da população de crianças de 7 a 14 anos apresentam TDAH. A proporção meninos: meninas é de no máximo dois meninos para cada menina com TDAH (2:1).

As crianças e adolescentes com TDAH apresentam com maior frequência outros problemas de saúde mental, como problemas de comportamento, ansiedade e depressão.

Apesar da Medicina não contar com dados conclusivos sobre formas de tratamento, o TDA (ou TDAH) , quando associado à hiperatividade é considerado um distúrbio psiquiátrico, portanto, uma doença. Na escola, os indícios de que a criança possui esse distúrbio precisa ser analisado por uns seis meses antes de encaminhamento médico que, em geral, é multidisciplinar, com utilização, muitas vezes, de medicação.

CAPÍTULO 3

3. FAMÍLIA e ESCOLA

3.1 Família, Aprendizagem e Emoções

Toda aprendizagem começa em casa, em meio à família e de maneira informal, mas extraordinariamente marcante, para todo o processo de aquisição de conhecimento que se seguirá ao longo da vida. É uma matriz modeladora, uma base indispensável, que, apesar de ser casual e empírica, prepara a criança, organiza seu mundo interno, inicia a sua socialização e inserção na cultura na qual nasceu.

É consenso que a família imprime as primeiras disposições mentais com as quais a criança vai perceber o mundo social, que mais tarde vão ser complementadas e formalizadas pela escola.

O sucesso escolar depende da harmonia entre a família, a aprendizagem e as emoções.

Muitos problemas de aprendizagem ou dificuldades de adaptação da criança na escola têm origem no universo familiar e nas expectativas dos pais sobre os filhos com relação ao aprender; têm a ver com valores, ideologias e os segredos do grupo familiar.

O aprender e o ensinar são funções básicas da família, desta forma, os modos com os quais as famílias vivem momentos de mudança, nascimentos, crises ou conflitos marcam características da modalidade de aprendizagem da criança.

O que ocorre é que, na maioria das vezes, os pais realizam idealizações dos filhos, e estes se vêem constrangidos a corresponderem, promovendo conflitos e crises no sistema familiar.

Aprendizagem é um processo em que a personalidade da criança passa a se desenvolver autonomamente e não um reflexo de um modelo que a família ou a sociedade idealiza.

Quanto maior o contraste entre o filho idealizado e o filho real, maior será a dificuldade dos pais.

Quando a família saudável se depara com uma dificuldade escolar do filho, ela respeita as diferenças individuais e proporciona um espaço para expor sentimentos e emoções, discute coletivamente os problemas do dia-a-dia, sem culpas, nem críticas, mas, buscando através de erros e acertos, ir se ajustando na busca de novas regras de conveniência.

O ambiente doméstico exerce um importante papel para determinar se qualquer criança aprende bem ou mal. As crianças que recebem um incentivo carinhoso durante toda a vida tendem a ter atitudes positivas, tanto sobre a aprendizagem quanto sobre si mesmas. Essas crianças buscam e encontram modos de contornar as dificuldades, mesmo quando são bastante graves.

Se a família for rígida, prisioneira de um modelo idealizado do filho, diferente do modo real, ela fica frustrada, vive um processo de críticas recíprocas e fica difícil cicatrizar feridas.

A família cresce quando aceita a possibilidade de viver transformações, de se adaptar a novas situações e de rever papéis e formas de funcionamento.

A família desempenha um forte papel na estrutura psíquica da criança, principalmente pelos processos de identificação, que podem colaborar para o processo de formação da personalidade própria, pois as crianças de lares equilibrados são mais seguras, mais fortalecidas e com excelente espírito e auto-estima.

Famílias muito autoritárias obrigam a criança a ser aquilo que ela não é, gerando insegurança, insatisfação e baixa auto-estima. Estas famílias tendem a não tolerar situações de agressividade ou ira por parte de seus filhos, desconhecem os sentidos ocultos destas manifestações e fazem com que a criança volte esta energia destrutiva

para si mesma; come demais, róí unhas, machuca-se com frequência, têm problemas para aprender, somatiza doenças, etc.

Muitos pais ficam deslumbrados por um modelo idealizado de um filho organizado, estudioso e respeitado e deixam de dar o devido valor às potencialidades artísticas e criativas que ele demonstra. Querem que os filhos desenvolvam de acordo com suas expectativas e “muito bem intencionados” esquecem a individualidade da criança e o que ela traz dentro de si.

Os filhos idealizados destes pais sentem-se tão desvalorizados que não lhes restam alternativa senão desempenhar o papel de criança-problema.

O processo de aprendizagem não é estático, nem mecânico, é ativo. Aprender implica atribuir significado e estabelecer relações entre o que se aprende e aquilo que já se conhece.

Quando a criança apresenta falha no processo de atribuir significados a aquilo que é aprendido, deve-se remeter a dois eixos fundamentais: a família e a própria escola.

O ambiente familiar precisa satisfazer as necessidades básicas de afeto e proteção. É na família que a criança aprende a estabelecer vínculos e se relacionar.

Para compreender uma dificuldade escolar, deve-se ser investigado como as crianças realizam interações com a família e a escola, dentro de um enfoque sistêmico. Quando a criança fica pressionada por alto nível de exigências, por exemplo: “Na minha família só tem engenheiros, médicos, cientistas. Meu filho será um grande advogado de sucesso com um futuro brilhante”, fatalmente esta criança torna-se um ser carente e esta carência dificulta o processo de aprender, causa instabilidade, confusão, incerteza.

3.2 A Escola e a Família frente às Dificuldades de Aprendizagem

A escola é um dos agentes responsáveis pela integração da criança na sociedade, além da família. É um componente capaz de contribuir para o bom desenvolvimento de uma socialização adequada da criança, através de atividades em grupo, de forma que capacite

o relacionamento e participação ativa das mesmas, caracterizando em cada criança o sentimento de sentir-se um ser social.

A sociedade busca cada vez mais o êxito profissional, a competência a qualquer custo e a escola também segue esta concepção. Aqueles que não conseguem responder às exigências da instituição podem sofrer com um problema de aprendizagem. A busca incansável e imediata pela perfeição leva à rotulação daqueles que não se encaixam nos parâmetros impostos.

Assim, torna-se comum o surgimento em todas as instituições educativas de “crianças problemas”, de “crianças fracassadas”, “disléxicas”, “hiperativas”, “agressivas”, etc. Esses problemas tornam-se parte da identidade da criança. Perde-se o sujeito, ele passa a ser sua dificuldade. Desta forma, ao passar pelo portão da escola, a criança assume o papel que lhe foi atribuído e tende a correspondê-lo. Porém, ao conceber este rótulo à criança, não se observa em quais circunstâncias ela apresenta tais dificuldades (ele está assim e não é assim). Isso não é apenas uma diferença terminológica, ela revela uma possibilidade de mudança.

A sociedade do êxito educa e domestica. Seus valores, mitos relativos à aprendizagem muitas vezes levam ao fracasso. Em nosso sistema educacional, o conhecimento é considerado conteúdo, uma informação a ser transmitida. As atividades visam a assimilação da realidade e não possibilitam o processo de autoria do pensamento tão valorizada por Alicia Fernández. Ela define como autoria “o processo e ato de produção de sentidos e de reconhecimento de si mesmo como protagonista ou participante de tal produção” (Fernández, 2001). Este caráter informativo da educação se manifesta até mesmo nos livros didáticos, nos quais o aprendente é levado a memorizar conteúdos e não a pensá-los; não ocorrendo de fato uma aprendizagem.

É preciso distinguir aquilo que é próprio da criança, em termos de dificuldades, daquilo que ela reflete em termos do sistema em que se insere.

A família, por sua vez, também é responsável pela aprendizagem da criança, já que os pais são os primeiros ensinantes e as “atitudes destes frente às emergências de autoria

do aprendente, se repetidas constantemente, irão à modalidade de aprendizagem dos filhos” (FERNÁNDEZ, 2001)

Quando se fala em “famílias possibilitadoras de aprendizagem” tem-se uma tendência a excluir as famílias de classes baixas já que estas não podem fornecer uma qualidade de vida satisfatória, uma alimentação adequada acessa a diversas formas de cultura (cinema, teatro, cursos, computador, etc). Entretanto é possível a existência de facilitadores de autoria de pensamento mesmo convivendo com carências econômicas.

Em seu livro, “O Saber em Jogo”, Alicia Fernández (2001) cita uma pesquisa com famílias de classe baixa facilitadoras da aprendizagem. O que caracteriza estas famílias é a criação de um espaço favorável para que cada membro possa escolher e responsabilizar-se pelo escolhido, propiciando um espaço para a autoria de pensamento. O perguntar é possível e favorecido permite a facilidade de aceitar as diferentes opiniões e idéias. Condições estas que não são comuns em famílias produtoras de aprendizagem.

Se o problema de aprendizagem tem uma raiz na qualidade do atendimento prestado pela instituição educacional, esta situação também irá requerer um olhar mais amplo para o ato de aprender. O aprender na escola deve ser analisado, desde a perspectiva da constituição de seus elementos, dos professores, tomando-se por base as histórias de relações e significações destes sujeitos em relação à construção da própria aprendizagem.

Deve-se investigar e refletir sobre a visão de homem, de mundo e, conseqüentemente, do processo de aprendizagem, que subsidia a ação da escola.

Trabalhar com a construção do conhecimento, com as novas gerações, é tarefa que envolve comprometimento do processo educativo e, portanto, de constituição do ser humano, sendo muito mais abrangente do que a mera aplicação de uma metodologia.

Auxiliar a escola, a família, as instituições sócio-educativas para perceber as bases de ordem organização para o desenvolvimento da criança e do jovem, a importância do

papel de todos envolvidos é desenvolver uma reflexão conjunta para efetivar melhores condições de aprendizagem é o caminho para a evolução.

CAPÍTULO 4

4. TRATAMENTO DOS DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM

4.1 O Papel da Escola

Se o problema de aprendizagem tem uma raiz na qualidade de atendimento prestado pela instituição educacional, esta situação também irá requerer um olhar mais amplo para o ato de aprender. O aprender na escola deve ser analisado, desde a perspectiva da constituição de seus elementos, dos professores, tomando-se por base as histórias de relações e significações destes sujeitos em relação à construção da própria aprendizagem.

Deve-se investigar e refletir sobre a visão de homem, de mundo e, conseqüentemente, do processo de aprendizagem, que subsidia a ação da escola.

Frente às dificuldades de aprendizagem encontramos o fracasso escolar que é um grande problema para o sistema educacional. Muitas vezes, para se livrar da responsabilidade deste fracasso, busca-se um culpado; alguém que possa assumir sozinho esta situação.

O fracasso escolar aparece hoje entre os problemas de nosso sistema educacional mais estudado e discutido. Porém, o que ocorre muitas vezes é a busca pelos culpados de tal fracasso e, a partir daí, percebe-se um jogo onde ora se culpa a criança, ora a família, ora uma determinada classe social, ora todo um sistema econômico, político e social. Mas será que existe mesmo um culpado para a não-aprendizagem? Se a aprendizagem acontece em um vínculo, se ela é um processo que ocorre entre subjetividades, nunca uma única pessoa pode ser culpada. Alicia Fernández nos lembra que “a culpa, o considerar-se culpado, em geral, está no nível imaginário”(FERNÁNDEZ,1994) e coloca que o contrário da culpa é a responsabilidade. Para ser responsável por seus atos, é necessário poder sair do lugar da culpa.

O Fracasso escolar afeta o sujeito em sua totalidade. A criança que dele padece sofre pela subestimação que sente ao não poder responder às expectativas dos pais e dos professores.

4.2 Intervenção Psicopedagógica

Para Maria Lúcia L. Weiss (1991), cabe à escola conhecer o modelo de aprendizagem de cada

aluno para poder ampliá-lo ou reformulá-lo. A partir da análise dos aspectos orgânicos, cognitivos, afetivos e sociais a escola terá condições de identificar como o aluno pode aprender e como realmente aprende, que recursos mobiliza, o que já conhece e como se utiliza do que conhece, quais são seus interesses e motivações. Identificar o aluno através de seu modelo de aprendizagem significa compreender o que pode servir de entrave ou de reforço para a ação educativa; permite também discriminar dificuldades geradas na escola e aquelas que já acompanham a criança antes da fase escolar e para as quais a escola pode concorrer, ampliando-as ou colaborando na sua solução.

Na escola, o Psicopedagogo deve observar a metodologia usada, o uso de sanções ou castigos e prêmios, e a coerência entre o ensino proposto e a etapa de desenvolvimento da criança. Outro nível de análise importante é o a ideologia subjacente às relações interpessoais e aos programas escolares, o autoritarismo e a violência existentes no sistema educacional, o próprio vínculo do professor com a aprendizagem e seu prazer de ensinar.

Ao Psicopedagogo cabe saber como se constitui o sujeito, como este se modifica em suas diversas etapas de vida, quais os recursos de conhecimento de que ele dispõe e a forma pela qual constrói conhecimento e aprende. É preciso, também, que o psicopedagogo saiba o que é ensinar e aprender; como os sistemas e métodos educativos interferem nesse processo e como enfrentar os problemas estruturais enfrentados nas instituições escolares.

Na instituição, a Psicopedagogia tem como função oportunizar ou promover a conscientização dos educadores, diretores, orientadores e coordenadores educacionais, promovendo estudo e reflexão com relação a questões de planejamento, metodologia,

conteúdo e relações que façam com que a escola exerça o seu papel de espaço de construção e socialização do saber e formação de cidadania numa perspectiva que atenda o educando que, hoje, representa a sua clientela. Por outro lado, mesmo que a escola consiga atender as necessidades específicas de aprendizagem de seus educandos, é preciso admitir que algumas crianças possam necessitar de um atendimento psicopedagógico mais de perto, em nível terapêutico. O que deixa claro que a modalidade preventiva é feita dentro da escola e a terapêutica, fora dela.

Portanto, para conquistar se o espaço dentro da escola, esse profissional deve dominar amplos e variados conhecimentos, bem como uma capacidade de relacionamento flexível, versátil e humilde. É preciso que, além de conhecer os processos de aprendizagem pelos quais a criança aprende, ele também conheça os processos vividos por aquele que ensina. Para uma atuação institucional eficaz, deve ser considerada, como ambiente educacional, a escola como um todo. Nesse contexto está a criança, sua família, o professor, o diretor que organiza e dirige todas as ações administrativas e pedagógicas, a merendeira, serviços administrativos, serviços gerais e as questões estruturais a que a escola está submetida.

De acordo com Bossa (2000), o psicopedagogo pode colaborar, através de seus conhecimentos na elaboração de um projeto que possa ajudar a escola a responder algumas questões como: O que, como e para que ensinar? Pode realizar um diagnóstico para detectar aspectos que estejam prejudicando o processo ensino-aprendizagem.

Portanto, esse profissional torna-se imprescindível no processo de construção e implementação do projeto político pedagógico de uma unidade escolar.

Em sua atuação configura-se, também, o trabalho efetivo com os portadores de necessidades especiais de aprendizagem, bem como a orientação aos educadores que atendem esses alunos.

É também papel do psicopedagogo evitar o troca-troca de escola do aluno, que é à princípio contraproducente para o indivíduo com dificuldades. É preciso buscar a parceria da família e para isso a orientação psicopedagógica aos pais referentes essa troca é fundamental, principalmente na questão dos valores, que esta família tem, e no

que ela acredita, pois a diversidade cultural na sociedade é caracterizada pelas diferenças de crenças, costumes, atos e ações.

De acordo com Bossa (2000), o psicopedagogo é um profissional preparado para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento das questões relacionadas a aprendizagem escolar. É através do diagnóstico, que ele identifica as causas das necessidades e elabora o plano de intervenção.

No entanto, faz parte do percurso, descortinar as barreiras do preconceito e avançar finalmente, para uma nova era na educação. Acredita-se no saber-fazer psicopedagógico, que pode ser uma tentativa de amenizar deficiências e carências apresentadas pelos alunos.

Para melhor compreender as questões da aprendizagem, elas devem ser consideradas sistemicamente. O que vem a ser isso? A escola, a família do aluno, ele próprio, os professores, são todos integrantes de um sistema que formam uma unidade e tendem para a manutenção de um equilíbrio. Ao olhar esses subsistemas de forma circular, estar-se-á responsabilizando a todos os envolvidos, no processo de aprendizagem e nas possíveis rupturas que possam aí surgir.

O olhar sistêmico é tão importante quanto ter um modelo e perceber que ele não passa de uma metáfora. Assim, quando se fala em olhar sistêmico isso é apenas um recurso que auxilia a ordenação de uma realidade complexa, possibilitando definições operacionais, lógicas e pragmáticas.

O que este modelo permite é perceber como as questões do aprender e do saber operam de uma forma relacional e interdependente. Tanto quem aprende como quem ensina, é responsável e está implicado mutuamente com os resultados. É preciso que se veja tanto o ensinante quanto o aprendente, às famílias de ambos, a escola, o próprio contexto social, como todos os envolvidos neste processo, como co-responsáveis pela mesma situação. Desta forma tira-se o foco da criança, deixa-se de olhá-la como bode expiatório, e redistribui-se o sintoma (no caso, as dificuldades de aprendizagem), por todos os envolvidos.

A relação professor-aluno se constitui numa possibilidade para que a criança se recoloca e, a partir do outro, ressignifique suas posições e dificuldades. Nesse sentido, o professor deve se preocupar com o desenvolvimento integral da criança, propiciando a aproximação escola-família, vinculando sempre o aluno ao prazer de aprender, permitindo, assim, um mecanismo de identificação desta com o processo de aprendizagem. No entanto, para que tal medida ocorra é preciso que cada professor reveja o seu próprio gozo ao aprender. Por isso, a intervenção psicopedagógica vem introduzir uma contribuição rica no enfoque pedagógico. O processo de aprendizagem da criança é compreendido como um processo pluricausal, abrangente, implicando componentes de vários eixos de estruturação, afetivos, cognitivos, motores, sociais, econômicos e políticos.

Portanto, a dificuldade que, na maioria das vezes é atribuída ao aluno, passa a ser atribuída a um contexto mais amplo que inclui toda a comunidade escolar. Analisar dificuldades no processo de aprender inclui, necessariamente, a análise do projeto político pedagógico da escola, e a concepção de aprendizagem internalizada pelos atores da instituição escolar. A ampliação desta leitura para além do educando permite, ao psicopedagogo, uma intervenção que envolve vários aspectos envolvidos no pensar e fazer pedagógicos.

A Intervenção Psicopedagógica atinge plenamente seus objetivos quando, amplia a compreensão sobre as características e necessidades de aprendizagem de cada aluno, abrindo espaço para que a escola viabilize recursos que atendam essas necessidades e possibilite o sucesso de todos na escola. Desta forma, o fazer pedagógico se transforma e reestrutura-se, podendo se tornar uma ferramenta poderosa no projeto pedagógico da escola.

No entanto, mudanças ocorreram já se recoloca o conceito de aprender, a função de ensinar. Dar conta da diversidade, do heterogêneo possibilita o aprender coletivo, a riqueza da troca, o aprender com o outro.

Estes movimentos levam a uma aliança de trabalho, a uma ação conjunta com o psicopedagogo que permite então a identificação e a clarificação de situações conflituosas através do confronto (desafios que o psicopedagogo propõe), proporcionando ao sujeito

a possibilidade de rever suas experiências e redimensioná-las em níveis de estruturação sempre mais complexos, ampliando assim sua capacidade de ação.

E é nessas condições que o psicopedagogo amplia as possibilidades do processo de ensinar e aprender: o aluno passa a ser objetivo e meio para a ação pedagógica, de problema ele se transforma em oportunidade de aprendizagem para o professor. Refletindo acerca dos resultados, numa ação conjunta com o psicopedagogo, o educador se sente desafiado a repensar a sua prática revendo conceitos já cristalizados que incluam novas possibilidades e novos procedimentos para a sua práxis.

A Intervenção Psicopedagógica na escola deve ser considerada como um recurso do sistema educacional, portanto, de todos os alunos e professores e não somente daqueles que possuem determinadas características. Mesmo porque, faz parte dessa intervenção, também, a identificação de experiências positivas que podem ser socializadas e compartilhadas por todos.

A relação família-escola e intervenção psicopedagógica devem ter objetivos comuns que se concentrem em favorecer o desenvolvimento integral das crianças e ser presença constante estimulando e instigando o educando a crescer e tornar-se auto-confiante em suas possibilidades. Isto requer também a existência do conhecimento mútuo e o estabelecimento de vínculos saudáveis que permitam que a criança sintam-se segura e vá em frente.

Nesse contexto, a psicopedagogia implica também, uma metodologia específica de trabalho. Metodologia essa, que precisa levar em conta, necessariamente, o contexto em que se desenvolve a ação pedagógica: família, escola e comunidade. No caso da instituição, é preciso considerar não apenas as características psicológicas e sociais das crianças, mas, também, as características dos educadores e da própria instituição.

Na clínica, o Psicopedagogo, através do diagnóstico clínico, também irá identificar as causas dos problemas de aprendizagem. Para isto, ele usará instrumentos tais como: Provas Operatórias (Piaget), Provas Projetivas (desenhos), histórias, material pedagógico, etc. Na clínica, o psicopedagogo fará uma entrevista inicial com os pais ou

responsáveis, onde se fará um histórico sobre o sujeito desde o seu nascimento. Essa entrevista é chamada de Anamnese.

Os pais ou responsáveis por sua vez irão expor sua queixa em relação ao problema de aprendizagem do sujeito, a queixa não é apenas uma frase falada no primeiro contato, ela precisa ser estuda ao longo de diferentes sessões diagnósticas, sendo fundamental refletirem sobre o seu significado.

Algumas vezes, a queixa da escola apontada como o motivo manifesto do diagnóstico é repetida pelos pais, sem qualquer elaboração posterior. Ao longo do processo ele vai se transformando e se revelando de menor importância, ao mesmo tempo em que vai surgindo um motivo latente que realmente mobilizou os pais para a consulta. Esse motivo pode crescer em importância, exigindo mais urgência no atendimento, ficando a dificuldade escolar em segundo plano.

4.3 Aspectos Básicos do Diagnóstico Psicopedagógico

Todo diagnóstico psicopedagógico é, em si, uma investigação, é uma pesquisa do que não vai bem com o sujeito em relação a uma conduta esperada. Será, portanto, o esclarecimento de uma queixa, do próprio sujeito, da família e, na maioria das vezes, da escola. No caso, trata-se do não-aprender, do aprender com dificuldade ou lentamente, do não-revelar o que aprendeu, do fugir de situações de possível aprendizagem.

Nessa investigação não se pretende classificar o paciente em determinadas categorias nosológicas, mas sim obter uma compreensão global da sua forma de aprender e dos desvios que estão ocorrendo nesse processo.

O objetivo básico do diagnóstico psicopedagógico é identificar os desvios e os obstáculos básicos no modelo de aprendizagem do sujeito que, o impedem de crescer na aprendizagem dentro do esperado pelo meio social.

Para Weiss (2006) o que é percebido pelo próprio indivíduo ou pelos outros é chamado de *sintoma*. O sintoma está sempre mostrando algo, é um epifenômeno. Com o sintoma o sujeito

Sempre “diz alguma coisa aos outros”, se comunica, e “sobre o sintoma sempre pode dizer algo”. O *sintoma* é, portanto o que emerge da personalidade em interação com sistema social em que está inserido o sujeito.

4.4 A Função da Auto-Estima

-

Cabe ao Psicopedagogo e a outros técnicos de ajuda refletir sobre o ser humano e o seu modo de funcionamento com o outro. Criança, adolescente ou adulto, qualquer um deles, por mais diferente que seja quanto à sua organização psicológica, é sempre um ser humano que vive em sociedade, com o seu grupo de pares, isto é, no seu microsistema e que interage com diversas entidades físicas e psicológicas, cujo conseqüente sucesso dependerá de vários fatores intrínsecos e extrínsecos.

Assim, é nesta perspectiva que abordamos a auto-estima, como uma das características do ser humano de extrema importância para as relações humanas.

- Mas afinal o que é a auto-estima?

Tão falada e comentada nos dias de hoje, mas sabemos defini - lá corretamente?

Nos nossos dias a palavra auto-estima é utilizada por diversos tipos de profissionais, quer sejam ou não da área das Ciências Humanas. Se pensarmos o porquê desta saudável vulgarização, talvez cheguemos à conclusão, que cada vez mais se está a dar uma maior importância ao bem-estar das pessoas.

É, portanto, neste sentido que pensamos ser importante abordar a questão da auto-estima, do ponto de vista técnico e científico, para que se reconheça legitimidade, nas conversas formais e informais que se têm hoje em dia.

Antes de mais, a auto-estima é acima de tudo uma atitude, para consigo próprio que vai sendo adquirida ao longo do crescimento e do desenvolvimento da criança. Para muitos autores, a auto-estima constitui o núcleo básico da personalidade, para outros, é a forma habitual, mais ou menos estável de pensar, sentir, amar, comportar-se e reagir consigo próprio, sendo obviamente uma estrutura dinâmica e passível de ser modificada.

Deste modo, a forma como lidamos conosco pode influenciar - e influencia com certeza - a forma como lidamos com os outros, quer na vida profissional, familiar e escolar:

- a auto-estima poderá ajudar a ultrapassar dificuldades pessoais, fomentando a auto-responsabilidade - se o indivíduo acreditar que têm em si recursos disponíveis para responder às necessidades que lhe vão surgindo, ele irá esforçar-se para cumprir determinada tarefa;

- permite uma relação social saudável e positiva - pois se o indivíduo tem uma boa relação consigo próprio, será mais fácil de transpor para os outros que o rodeiam; desenvolve a criatividade - pois para se trabalhar a criatividade, será necessário que o indivíduo se sinta confiante e que acredite que é capaz de desenvolver e de criar algo;

.Todos nós somos testemunhas da impotência que uma criança ou uma adolescente sente quando tem uma baixa auto-estima. Aqui, todas as experiências negativas vão reforçar esta característica e fazer com que o tão desejado sucesso escolar, fique cada vez mais distante e difícil.

CAPÍTULO 5

A PSICOPEDAGOGIA

5.1 O Que é a Psicopedagogia

Segundo o Código de Ética da Associação Brasileira de Psicopedagogia(1996), A PSICOPEDAGOGIA “É um campo de conhecimento e atuação em saúde e educação que lida com o processo de aprendizagem humana, seus padrões normais e patológicos, considerando a influência do meio- família, escola e sociedade- no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios da Psicopedagogia”.

Segundo Bossa (2000), a Psicopedagogia se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda - o problema de aprendizagem, colocado num território pouco explorado, situado além dos limites da Psicologia e a própria Pedagogia – e evolui devido à existência de recursos, ainda que embrionários, para atender essa demanda, constituindo-se, assim, numa prática.

O objetivo da Psicopedagogia é a compreensão do processo de aprendizagem, enfocando o como se aprende como essa aprendizagem varia evolutivamente, como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, tratá-las e preveni-las. (BOSSA, 2000)

Segundo Scoz (1992), “a psicopedagogia estuda o processo de aprendizagem e suas dificuldades, e numa ação profissional deve englobar vários campos do conhecimento, integrando-os e sintetizando-os”.

Do ponto de vista de Weiss (1991), “a psicopedagogia busca a melhoria das relações com a aprendizagem, assim como a melhor qualidade na construção da própria aprendizagem de alunos e educadores”.

Essas considerações sugerem que há certo consenso quanto ao fato de que a psicopedagogia deve ocupar-se em estudar a aprendizagem humana, porém é uma ilusão pensar que tal consenso nos conduza, a todos, a um único caminho. A concepção

de aprendizagem é resultado de uma visão de homem, e é em razão desta que acontece a práxis psicopedagógica.

Dos profissionais brasileiros supracitados, podemos verificar que o tema aprendizagem ocupa-os e preocupa-os, sendo os problemas desse processo (de aprendizagem) a causa e a razão da Psicopedagogia. Podemos observar esse pensamento traduzido nas palavras de profissionais argentinos como Alicia Fernández, Sara Pain, Jorge Visca, etc, que atuam na área e estão envolvidos no trabalho teórico. Para eles “a aprendizagem com seus problemas” constitui-se no pilar-base da Psicopedagogia.

Segundo Jorge Visca, a Psicopedagogia, que inicialmente foi uma ação subsidiária da Medicina e da Psicologia, perfilou-se como um conhecimento independente e complementar, possuída de um objeto de estudo – o processo de aprendizagem – e de recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios.

Atualmente, a Psicopedagogia trabalha com uma concepção de aprendizagem segundo a qual participa desse processo um equipamento biológico com disposições afetivas e intelectuais que interferem na forma de relação do sujeito com o meio, sendo que essas disposições influenciam e são influenciadas pelas condições socioculturais do sujeito e do seu meio.

Ao Psicopedagogo cabe saber como se constitui o sujeito, como este se transforma em suas diversas etapas de vida, quais os recursos de conhecimento de que ele dispõe e a forma pela qual produz conhecimento e aprende. É preciso, também, que este profissional saiba o que é ensinar e o que é aprender, como interferem os sistemas e métodos educativos; os problemas estruturais que intervêm no surgimento dos transtornos de aprendizagem e no processo escolar.

5.2 Teorias que Embasam o Trabalho Psicopedagógico

Conhecer os fundamentos da Psicopedagogia implica refletir sobre as suas origens teóricas, ou seja, revisar velhos impasses conceituais que subjazem na ação e na atuação da Pedagogia e da Psicologia no aprender do fenômeno educativo.

Do seu parentesco com a Pedagogia, a Psicopedagogia traz as indefinições e contradições de uma ciência cujos limites são os da própria vida humana. Envolve

simultaneamente, o social e o individual em processos tanto transformadores quanto reprodutores. Da Psicologia, a Psicopedagogia herda o velho problema do paralelismo psicofísico, um dualismo que ora privilegia o físico (observável), ora o psíquico (a consciência).

Essas duas áreas não são suficientes para apreender o objeto de estudo da Psicopedagogia – o processo de aprendizagem e suas variáveis – e nortear a sua prática. Dessa forma, recorre-se a outras áreas, como a Filosofia, a Neurologia, a Sociologia, a Linguística e a Psicanálise, no sentido de alcançar compreensão desse processo.

Para Sara Paín (1987), nesse lugar do processo de aprendizagem coincidem um momento histórico, um organismo, uma etapa genética da inteligência e um sujeito associado a tantas outras estruturas teóricas, de cuja engrenagem se ocupa e preocupa a Epistemologia; referimo-nos, principalmente ao materialismo histórico, à teoria Piagetiana da Inteligência e à Teoria Psicanalítica de Freud, enquanto instauram a Ideologia, a Operatividade e o Inconsciente.

Ora, nenhuma dessas áreas surgiu especificamente para responder à problemática da aprendizagem. Elas, no entanto, oferecem meios para refletir cientificamente e operar no campo psicopedagógico.

Entretanto, não só à Psicanálise recorre o psicopedagogo. Ele busca conhecimentos também na Psicologia Genética, na Psicologia social, na Psicolinguística, etc. Sabemos igualmente que nenhuma dessas áreas surge para responder aos problemas de aprendizagem: as diversas combinações entre elas resultam, entretanto, em posturas teórico-práticas diversificadas, porém com diversos pontos de convergência. Assim, a partir de pressupostos teóricos iniciais da Medicina, da Psicologia e da Pedagogia, foram-se constituindo concepções acerca dos problemas de aprendizagem, as quais se transformaram e, conseqüentemente, transformaram a prática psicopedagógica, até esta chegar à configuração atual. De qualquer modo, a Psicopedagogia se encontra em fase embrionária e seu corpo teórico acha-se em construção, amalgamando-se ou estruturando o seu arcabouço lógico-principal ou ideal. A cada dia surgem novas idéias, novas situações e mais transformação: o psicopedagogo, então, transforma a teoria e, por seu turno, a teoria o transforma.

Tratando do mundo psíquico individual e grupal, em relação à aprendizagem e aos sistemas e processos educativos, o psicopedagogo ensina como aprende e, para isso, necessita apreender o aprender e a aprendizagem. Para o psicopedagogo, aprender é um processo que implica pôr em ação diferentes sistemas que intervêm em todo sujeito: a rede de relações e códigos culturais e de linguagem que, desde antes do nascimento, têm lugar em cada ser humano à medida que ele se incorpora à sociedade.

A aprendizagem, afinal, é responsável pela inserção da pessoa no mundo da cultura.

Nesse trabalho de ensinar e aprender, o psicopedagogo recorre a critérios diagnósticos no sentido de compreender a falha na aprendizagem. Atualmente, a Psicopedagogia refere-se a um saber e um saber-fazer, às condições subjetivas e relacionais - em especial familiares e escolares - às inibições, atrasos e desvios do sujeito ou grupo a ser diagnosticado. O conhecimento psicopedagógico não se cristaliza numa delimitação fixa, nem nos déficits e alterações subjetivas do aprender, mas avalia a possibilidade do sujeito, a disponibilidade afetiva de saber e de fazer, reconhecendo que o saber é próprio do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após fazermos as leituras voltadas para a problemática proposta no início deste trabalho pudemos chegar a diversas considerações a respeito da importância da família no contexto dos distúrbios da aprendizagem. Ao nos depararmos com quadros de crianças com problemas de aprendizagem, nos surge a preocupação em que nós familiares podemos contribuir para que estas, mesmo diante de suas dificuldades possam aprender. A esse questionamento refletimos sobre o papel da escola e a interferência com a família.

A criança com dificuldade de aprendizagem, durante muito tempo, foi encaminhada ao médico, cujo diagnóstico isolado, ansiosamente aguardado pela família e pela escola, iria confirmar ou negar a sua normalidade.

Num passado ainda próximo, nos casos detectados, geralmente a criança era encaminhada para classes ou escolas especiais que ofereciam um ensino diferenciado. Com isso, acabava por tornar-se estigmatizada e fazer parte de um segmento social marginalizado, onde as oportunidades de ampliação de suas potencialidades eram reduzidíssimas. Apenas com a chancela do médico, na maioria das vezes, a criança com dificuldade de aprendizagem passava a ser considerada, por muitas pessoas, como um ser incapaz de criar e produzir conhecimento.

Mesmo hoje, não podemos ignorar que, diante de qualquer desvio do padrão de comportamento, principalmente na escola, a primeira hipótese de explicação ainda faz referência a um possível problema mental.

Esse procedimento se modificou somente há poucas décadas, em decorrência, principalmente, dos avanços nas pesquisas neurológicas comprovando a plasticidade do cérebro que, mesmo lesado, tem condições de reconstituir-se e garantir seu funcionamento, bem como da Psicologia, em especial a Psicanálise, cuja contribuição está sendo significativa no sentido de colaborar para que a criança seja também considerada como dotada de sentimentos, que desde a vida intra-uterina influenciam o seu comportamento. A Pedagogia, igualmente, acabou por repensar a sua prática,

investigando mais profundamente a relação ensino-aprendizagem. E todos esses profissionais, atuando integradamente, deram um impulso à questão.

Há que se destacar que, com o surgimento e contribuições da Psicopedagogia, todos os conceitos envolvidos no aprender estão sendo reconsiderados. Por aprendizagem, por exemplo, estendeu-se o conceito para além do conhecimento formal, acadêmico. Qualquer sujeito, independente do seu comprometimento corporal, orgânico, cultural ou psicológico se relaciona e elabora aprendizagem, pois é um ser social, que estabelece relações vinculares durante toda a sua aprendizagem.

Ficou claro que a psicopedagogia tem um novo olhar para esse contexto, que desloca esse foco, concentrado no aluno, para todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem e acredita que tanto o educador quanto o educando, a família e a comunidade escolar como um todo requerem atenção as suas necessidades específicas de aprendizagem.

A Intervenção Psicopedagógica pode contribuir de forma consistente na construção de um projeto político pedagógico que venha ao encontro dessas necessidades, num trabalho de parceria com instituição escolar.

Constatou-se, também, que para uma intervenção de qualidade o psicopedagogo deve dominar um campo amplo de conhecimentos que lhe garanta competência técnica, política, pedagógica e humana.

Assim, o trabalho psicopedagógico requer dele uma real percepção de si mesmo, de maneira a não se deixar levar pelos próprios valores durante a intervenção. Isso porque o reconhecimento de um problema de aprendizagem e a intervenção mais adequada para solucioná-lo será resultado da bagagem cultural que ele traz consigo e que interferirá na sua capacidade de observação e na análise de cada caso.

Assim, o trabalho psicopedagógico requer dele uma real percepção de si mesmo, de maneira a não se deixar levar pelos próprios valores durante a intervenção. Isso porque o reconhecimento de um problema de aprendizagem e a intervenção mais adequada para solucioná-lo será resultado da bagagem cultural que ele traz consigo e que interferirá na sua capacidade de observação e na análise de cada caso.

Mesmo interrogando constantemente o sistema escolar, a psicopedagogia propõe-se a um trabalho no âmbito da subjetividade, de forma que os professores possam posicionar-se de uma maneira diferente, mais livre e criativa em respeito a eles mesmos e, em consequência, também aos seus alunos: para ensinar melhor, ressignificar o aprender. A Psicopedagogia precisa ir além da escola, com intuito não só de analisar, mas também de intervir nos modos de pensar e nas modalidades ensinantes que a sociedade de mercado impõe.

Outro fator que muito colabora no papel da escola, é a família, pois permite a troca de experiência entre pais e professores. É muito importante que haja uma integração entre os ambientes (escola e família) para se compor o quadro de uma forma real e objetiva.

Temos que ter em mente que não há criança que não aprenda o que ocorre é que algumas aprendem de modo mais rápido, outras não, mas sem sombras de dúvida, chega-se a conclusão que independentemente da via neurológica utilizada, o sucesso escolar de crianças com distúrbios de aprendizagem possa ser uma associação de fatores que envolvam ambiente adequado, estímulo, motivação e organismo, possibilitando que o professor na sua árdua tarefa de lidar com as mais diferentes adversidades saibam que antes de tudo, ser necessário saber avaliar, distinguir e principalmente querer mudar, respeitando cada criança em seu estado de desenvolvimento.

Além desses fatores, não se pode deixar de levar em conta os níveis econômicos e culturais em que o grupo familiar da criança se encontra, bem como o tipo de escola que frequenta, uma vez que, se forem bem entendidas e encaminhadas às dificuldades de aprendizagem, as crianças/alunos podem ter assegurada uma relação mais harmônica, coerente e saudável com o conhecimento.

Finalmente, é indispensável registrar que equipes multidisciplinares, compostas por médicos, pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, professores e demais profissionais envolvidos, cada vez mais, se colocam a serviço dos casos de problemas de aprendizagem, colaborando para que as crianças encaminhadas possam desfrutar plenamente sua cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

FONSECA, V. Introdução às Dificuldades de Aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PAIN, S. Diagnóstico e tratamento dos Problemas de Aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

RUBISTEIN, E. A especificidade do diagnóstico psicopedagógico, IN: SISTO, F. et al. Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

FERNÁNDEZ, A. A Inteligência Aprisionada: Abordagem psicopedagógica clínica da criança e da família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FERNÁNDEZ, A. Os Idiomas do Aprendizagem: Análise das modalidades ensinantes com famílias, escolas e meios de comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERNÁNDEZ, A. O Saber em Jogo. Artes Médicas, 1994.

MOOJEN, S. Dificuldades ou Transtornos de Aprendizagem? In: Rubistein, E.(org). Psicopedagogia: uma prática diferentes estilos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

COLLARES, C.A.L. e MOYSÉS, M.A.A. A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. Cadernos CEDES, Campinas: Papirus, 1993.

MIRANDA, M.I. Crianças com Problemas de Aprendizagem na Alfabetização: contribuições da teoria piagetiana. Araraguara, SP: JM Editora, 2000.

Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Organização Mundial de Saúde (org.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

SCOZ, B. Psicopedagogia e Realidade Escolar, o Problema Escolar e da Aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 1994.

BOSSA, N.A. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática> Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

WEISS, M.L.L. Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem. DP& A, Editora, 2006.

WEISS, M.L.L. “Considerações sobre a instrumentação do psicopedagogo para o diagnóstico”. In: Psicopedagogia; o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional, Scoz, B. et al. (org.), Porto Alegre, artes Médicas, 1987.

STRICK, C. e SMITH, L. Dificuldades de Aprendizagem de A a Z. Um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ROTTA, N.T. e OHLWEILER, L. e RIESGO, R.S. Transtornos da Aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto alegre: Artmed, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA, Código de Ética e Estatuto da Psicopedagogia, ABPp, 1996.

(...) os problemas de aprendizagem não são restringíveis nem as causas físicas ou psicológicas, nem a análises das conjunturas sociais. É preciso compreendê-los a partir de um enfoque multidimensional, que amalgue fatores orgânicos, cognitivos, afetivos, sociais e pedagógicos, percebidos dentro das articulações sociais. Tanto quanto a análise, as ações sobre os problemas de aprendizagem devem-se inserir-se num movimento mais amplo de luta pela transformação da sociedade. (SCOZ)

RESUMO

A família é a primeira e principal instância de sustentação e desenvolvimento da criança, quanto maior for a influência /interferência da família, no que se refere à

prevenção e ou tratamento dos distúrbios de aprendizagem melhor será o resultado do trabalho da Psicopedagogia, que é uma área de atuação profissional onde se trabalha no campo das dificuldades de aprendizagem, podendo ser estas de ordem escolar, cognitiva, social ou emocional.

Mostramos também a importância dos avanços das pesquisas voltadas para os transtornos de aprendizagem, no intuito de ajudar a todos os profissionais que trabalham na área da Educação e também da própria Psicopedagogia, podendo estes interagir melhor com as crianças portadoras de dificuldades de aprendizagem em alusão para um melhor beneficiamento das mesmas.

Palavras-chave: Aprendizagem, Família e Criança

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO _____ 08

CAPÍTULO 1 - APRENDIZAGEM _____ 08

1.1	Conceituação	09
1.2	Histórico	09
1.3	As Definições	10
1.4	Concepção Biológica da Aprendizagem	11
CAPÍTULO 2 – FATORES, DEFINIÇÕES E TIPOS DE TRANSTORNOS		15
2.1	Fatores Intervenientes da Aprendizagem	15
2.2	Patologia ou Transtorno da Aprendizagem?	17
2.3	Transtornos de Aprendizagem	20
2.4	Tipos de Transtornos	20
CAPÍTULO 3 – FAMÍLIA E ESCOLA		23
3.1	Família, Aprendizagem e Emoções	23
3.2	A Escola e a Família frente às Dificuldades de Aprendizagem	25
CAPÍTULO 4 – TRATAMENTO DOS DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM		28
4.1	O Papel da Escola	28
4.2	Intervenção Psicopedagógica	29
4.3	Aspectos Básicos do Diagnóstico Psicopedagógico	34
4.4	A Função da Auto-Estima	34
CAPÍTULO 5 – A PSICOPEDAGOGIA		36
5.1	O Que é a Psicopedagogia	36
5.2	Teorias que Embasam o Trabalho Psicopedagógico	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS		40
REFERÊNCIAS BOBLOGRAFICAS		43